

Império Romano e espaço provincial: integração, periferias, subalternos e relações de poder nas cartas, de Plínio, o Jovem, e Trajano

*Roman Empire and provincial space: integration, peripheries,
subalterns and power relations in the letters of Pliny the Younger
and Trajan*

Alex Aparecido da Costa*

Resumo: O Livro 10 das *Cartas* de Plínio, o Jovem, revela muitas informações sobre o funcionamento da administração provincial romana. Ao tratar das questões relacionadas com o governo da Bitínia, a correspondência entre Plínio e o imperador Trajano permite a análise de temas como organização e controle social, problemas jurídicos, concessão de direitos de cidadania, controle financeiro e rivalidades municipais. A partir dos conceitos de integração, identidades e fronteiras nossa análise permitiu compreender aspectos das relações de poder entre o poder central e as elites provinciais, bem como os posicionamentos adotados em relação aos grupos subalternos.

Abstract: The Book 10 of the *Letters* of Pliny the Younger reveals a lot of information about the functioning of the Roman provincial administration. When dealing with issues related to the government of Bithynia, the correspondence between Pliny and the Emperor Trajan allows the analysis of topics such as organization and social control, legal problems, granting citizenship rights, financial control and municipal rivalries. Based on the concepts of integration, identities and borders, our analysis allowed us to understand aspects of the power relations between the central power and the provincial elites, as well as the positions adopted in relation to subaltern groups.

Palavras-chave:

Administração provincial.
Cartas.
Bitínia.

Keywords:

Provincial administration.
Letters.
Bithynia.

Recebido em: 19/05/2022
Aprovado em: 27/06/2022

* Doutor em História Antiga pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Introdução

Por volta do ano 110, o senador romano Plínio, o Jovem, foi enviado para a Bitínia pelo imperador Trajano como legado imperial, na função de governador, onde atuou por um período de pouco mais de dois anos. A historiografia conhece esse episódio por meio da correspondência entre ambos a respeito das questões administrativas daquela província. Reunidas no Livro 10 do epistolário pliniano, as cartas sobre a Bitínia já foram entendidas como um “compêndio de jurisprudência administrativa” (DURRY, 2002, p. xi), porém essa concepção não é mais aceita, já que as respostas imperiais aos governadores de cada província não possuíam validade geral no Império Romano. Dessa forma, embora não sejam uma compilação de leis provinciais, as cartas permanecem como fontes importantes sobre a administração provincial romana.

Plínio, o Jovem, e o imperador Trajano são figuras representativas do processo de integração do Império Romano durante o Principado.¹ Plínio, de origem itálica, pertencia à ordem equestre e ascendeu ao Senado e aos altos cargos do *cursus honorum* durante as dinastias dos Flávios e Antoninos. Trajano, por sua vez, foi o primeiro imperador de origem provincial, um dos prenúncios de que o poder no Império não estaria mais circunscrito às elites patrícias da cidade de Roma. As cartas que os dois interlocutores trocaram oferecem vários temas de análise, tais como organização e controle social, problemas jurídicos, concessão de direitos de cidadania, controle financeiro e rivalidades municipais.

Neste artigo, a partir dos elementos presentes na fonte, destacaremos alguns aspectos sobre os subalternos e as relações do poder imperial com as elites periféricas do mundo romano. Para a compreensão desses temas serão importantes os conceitos de integração, identidade, fronteiras e a contextualização da Bitínia no período imperial romano, que discutiremos nos tópicos a seguir.

O Império como espaço e integração

Os temas propostos para discussão guardam grande complexidade, pois transcendem aspectos políticos formais por estarem inseridos em múltiplos aspectos integradores. Entre eles, podemos destacar o pacto do poder imperial com as elites provinciais (WOOLF, 1992); a ausência de um projeto uniforme para o Império, caracterizada

¹ Caio Plínio Cecílio Segundo, sobrinho de Caio Plínio Segundo, conhecido como Plínio, o Velho, nasceu na cidade de Como no ano de 62, e morreu em 112, quando era governador da Bitínia. Marco Úlpio Trajano nasceu em Itálica, na Bética, região da província romana da Hispânia, em 53, e morreu adoecido, em 117, na Cilícia durante as revoltas ocorridas no Oriente após a guerra contra os partos.

pela distribuição estratégica dos diversos graus de cidadania (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1977); a presença de uma eficaz infraestrutura de transporte (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005); a ampla, mas não absoluta, capacidade de aceitação da diversidade imperial (PEREIRA, 2004); enfim, o ordenamento do mundo romano a partir de um amplo processo de integração (GUARINELLO, 2010). Nesse sentido, dedicaremos a parte inicial deste artigo para a discussão de elementos que compõem essa complexidade.

De acordo com Hingley (2005, p. 1-9), o estudo do passado não ocorre desvinculado das preocupações com o presente, sendo fundamental para o historiador ter consciência dessa condição para evitar a utilização de ideias e conceitos sem o devido exame crítico. Nesse sentido, ele afirma que as ideias sobre a globalização atual estão interagindo e transformando nosso entendimento a respeito da sociedade romana, oferecendo novas formas de entendê-la a partir da crescente consciência do caráter global do nosso mundo. Em outro trabalho, o autor também explica seu posicionamento:

Não estou argumentando que o Império Romano e impérios contemporâneos representam a mesma coisa, mas que interesses atuais, preocupação e tradições intelectuais conduzem os modos como as pessoas selecionam seus textos e materiais arqueológicos e também as formas que os estudiosos desenvolvem ideias sobre o passado (HINGLEY, 2011, p. 105).

Nossa opção, portanto, por abordar questões relacionadas com os temas de periferias, subalternos e relações de poder visa a estabelecer, de forma consciente, relações entre passado e presente e o exercício em torno da ideia de alteridade que o Mundo Antigo oferece ao presente. O caso do Império Romano é bastante interessante nesse sentido, pois muitas vezes foi emulado por outras experiências históricas, dentre as quais o imperialismo europeu dos séculos XIX e XX é exemplar. Para Mendes (2007, p. 27), o Império Romano oferece um modelo cognitivo acerca do ser humano e da sociedade, bem como reflexões acerca da duração e derrocada de determinado sistema social. Sobre o estabelecimento de relações entre passado e presente, Guarinello (2014, p. 174) destaca que a globalização contemporânea é resultado de acúmulos de processos de integração milenares, tornando importante o questionamento sobre como ocorrem esses processos no tempo e no espaço, não por suas semelhanças, mas porque somos resultados deles.

Até meados do século XX o Império Romano era concebido como uma força civilizatória na Antiguidade. Tal visão justificava o papel a ser desempenhado, no mundo contemporâneo, pelas potências europeias em suas possessões coloniais na África, América e Ásia. Essa perspectiva alterou-se na esteira do fim dos impérios coloniais europeus após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu o que Guarinello (2014, p. 39) chamou de 'descolonização' da História Antiga. Segundo o autor, essa mudança representou o

rompimento com a ideia de uma civilização superior imposta pelo conquistador e acolhida passivamente pelos povos dominadores e deu lugar ao entendimento da continuidade de resistências e negociações entre conquistados e conquistadores. Isso levou a uma:

Maior atenção para as realidades locais e a necessidade, até então pouco explorada, de explicar o próprio fato da manutenção e permanência do Império por longos séculos. A ênfase da bibliografia deslocou-se, assim, do problema da queda do Império, que havia assombrado gerações desde Gibbon, para o mistério de sua sobrevivência (GUARINELLO, 2010, p. 114)

Guarinello (2010, p. 114) ressalta também que antes dessa mudança as narrativas acerca do mundo romano concentravam suas explicações a partir da perspectiva da capital do Império. Ele aponta duas abordagens exemplares desta concepção: uma era o estudo do Império enfatizando sua constituição governamental e administrativa enquanto reacomodação das instituições republicanas; a outra obedecia à tradição dos historiadores que construíam narrativas históricas, tendo como ponto de referência a biografia dos imperadores. O autor destaca ainda que, dentro dessas perspectivas, as regiões provinciais eram negligenciadas e tinham como única perspectiva dentro da historiografia a incorporação aos modelos políticos, culturais e econômicos oferecidos por Roma.

Atualmente, o Império Romano é compreendido como um espaço de integração da diversidade da qual era composto. Para Mendes (2004, p. 260), o conceito de integração implica em vínculos de exploração variados, relações desiguais entre centro e periferias, articulação de interesses políticos das elites locais e centrais com o objetivo de controles mais sutis e menos coercivos. Por sua vez, Guarinello (2010, p. 120-121) enfatiza a ideia de ordem como um espaço de consenso em uma esfera de divergências, situando, desse modo, a ordem romana como elemento do processo de integração. Noreña (2010, p. 534) explica que durante o Império Romano ocorreu uma:

Intensificação da integração cultural e econômica na bacia do Mediterrâneo, e isto também reforçou a estabilidade política e territorial. O mundo mediterrâneo dos primeiros dois séculos de nossa era, então, pode ser visto como uma configuração original de poder, na qual uma rede interconectada nos campos político, militar, econômico, cultural e ideológico convergiu para produzir o que chamamos de Império Romano.

Assim descrita, a integração do Império Romano apresenta-se como um quadro positivo, todavia o processo guarda aspectos que denunciam os limites de seu alcance em relação a camadas mais amplas da população imperial. Na verdade, ela servia principalmente aos interesses das aristocracias imperiais e provinciais, já que idealizava

e legitimava “uma ordem social e política na qual a distribuição de riqueza e poder era notadamente desigual” (NOREÑA, 2010, p. 541).

O conceito de integração nas pesquisas mais recentes tem aparecido em substituição ao de “romanização”, durante muito tempo usado para descrever uma superada visão civilizatória do Império Romano e que depois aparece como um conceito reciclado e semelhante ao de integração, que, de certa forma, o substituía. Nesse sentido, a romanização, entendida como “fusão de instituições e culturas imperiais e locais [...] [e] fruto conjunto da atuação dos governos centrais e de iniciativas locais” (GARNSEY; SALLER, 1991, p. 237), pode figurar como sinônimo de integração, porém de forma limitada. Foi a limitação da ideia de romanização que possibilitou o surgimento da noção de integração no estudo do mundo romano, por ser mais apropriada para chamar a atenção para outros aspectos em seu interior, tais como os que pretendemos discutir neste artigo.

Portanto, a partir dos autores citados podemos conceber a integração como um conceito amplo capaz de compreender os aspectos positivos, negativos e contraditórios do mundo romano. Naquela época, a prosperidade das elites convivia com a desigualdade social; os discursos e a propaganda de Roma propunham ações que buscavam forjar sentimentos de pertencimento a uma identidade imperial comum, que tinha como efeito colateral o acirramento da afirmação de identidades locais como forma de reação. Diante disso, o conceito de integração presente em nossa pesquisa entende o Império Romano como um espaço de interação, trocas culturais, resistências e relações de poder.

Identidades e fronteiras

Os conceitos de identidade e fronteiras são igualmente fundamentais para compreender as relações estabelecidas no interior do Império Romano, pois atuaram como mediadoras dos processos de integração entre os diversos grupos envolvidos no processo. O mundo romano era um espaço de profundos e variados intercâmbios ao longo de sua história. As relações culturais que ali se desenvolveram foram marcadas por aproximações e distanciamentos. Para estudar esses processos são relevantes os conceitos de identidade e fronteiras. Trata-se de duas noções próximas e às vezes interdependentes, pois a identidade, seja ela pessoal ou comunitária, constrói-se sobre múltiplos elementos culturais, ficando mais evidentes em espaços de fronteiras rígidas ou adaptáveis (FRIGHETTO; LEME, 2016, p. 50).

Para Guarinello (2010, p. 116-117), identidade é uma construção social que ocorre em processos de inclusão e exclusão, desempenhando papel importante na compreensão de comunidades e de suas atitudes no Mundo Antigo. A partir desta noção, o autor

destaca que, em razão da diversidade de culturas, o Império Romano é entendido como espaço de negociação de múltiplas identidades. Nesse sentido, ao apresentarmos aqui, em função do nosso recorte, as identidades gregas e romanas, devemos ressaltar seus aspectos provisórios e em constante mudança em razão dos contatos entre si e com outras identidades presentes no mundo mediterrâneo.

Nas relações culturais que ocorriam no Mediterrâneo antigo, a identidade grega mostrou-se bastante adaptável. Segundo Woolf (1994, p. 131), a cultura helenística, por suas características variadas e flexíveis, viu como bem-vindas as transformações materiais e políticas trazidas pelo Império Romano para suas cidades, inclusive sem considerá-las como graves riscos para sua identidade. Em função dessa diversidade, o autor enfatiza que o helenismo era um fator de atração para indivíduos de outras culturas, que assumiam a identidade grega por meio de formas variadas, como a adoção de cultos ou da língua, de maneira que não é possível estabelecer um critério único e característico dessa identidade (WOOLF, 1994, p. 128-129).

Ainda assim, é possível apontar alguns aspectos da identidade grega no período imperial: vida urbana com a participação nas instituições políticas, da religião e do ócio no mundo cívico; aquisição dos valores gregos por meio do contato com escolas de oradores e filósofos; superação da origem étnica em favor da opção cultural como fator de caracterização; apego aos modelos culturais e linguísticos e a memória do passado grego do Período Clássico (GUARINELLO, 2009, p. 155). Em linhas gerais, era essa a identidade grega que havia se espalhado pelo Oriente desde as primeiras colonizações nas margens do Egeu e depois com mais força e maior difusão no período helenístico.

Por sua vez, a identidade romana no período imperial é marcada pela multiplicidade e por ser um processo em constante mutação, impossibilitando o estabelecimento de uma concepção definitiva do que era ser romano. Por isso, as noções a respeito dela podem ser destacadas a partir da visão de vários autores. Suas perspectivas não apresentam grandes divergências e são, em muitos aspectos, complementares.

Para Revell (2009, p. 189), embora houvesse um paradigma tradicional da identidade romana expresso pela figura do indivíduo do sexo masculino, rico, adulto e nascido livre, ocorria também a adoção de outras formas de expressão da identidade romana a partir da convivência em espaços públicos, onde eram articuladas as relações de poder. A autora enfatiza que a identidade romana era construída e reconstruída nas relações cotidianas, no interior das estruturas sociais, no exercício das magistraturas e a partir das negociações dos administradores com os súditos do Império (REVELL, 2009, p. 3; 9; 155). Ela destaca também que ser romano era, antes de tudo, um discurso que variava em cada província, pois a romanidade era compreendida de diversas formas em cada região, de maneira que

ser romano dependia da concepção de Roma em cada parte do mundo imperial (REVELL, 2009, p. 2-3). Portanto, ser romano não era um conceito constante, nem no espaço, nem no tempo; não havia uma romanidade autêntica, mas reproduções fragmentadas do poder romano; nenhuma comunidade detinha o monopólio da identidade romana (REVELL, 2009, p. 38).

Woolf (1994, p. 120) explica que os romanos tinham como característica a incorporação de outros povos em suas tradições, de maneira que sua identidade era baseada na participação em uma comunidade política e religiosa com costumes, valores e modos de vida comuns. E essa comunidade não era outra senão o mundo romano, onde o compartilhamento de hábitos era um fator de identidade, pois a identidade romana foi recriada dessa forma a partir do final da República e início do Principado, quando Roma estabeleceu as bases de seu Império (GUARINELLO, 2014, p. 143). Esse processo ocorria sob negociações e relações de poder, que no Mediterrâneo oriental colocavam a identidade grega diante da romana, ambas contribuindo mutuamente para a construção da identidade imperial na região. Porém, essa identidade era marcada internamente pela alteridade, já que os oligarcas gregos aceitaram a dominação romana, mas, talvez como forma de resistência, reforçaram sua identidade helênica (GUARINELLO, 2014, p. 144). Assim, de certa forma, havia uma espécie de dupla identidade, pois as elites orientais mantiveram-se culturalmente gregas, apesar de adotarem as diretrizes romanas nos âmbitos políticos e administrativos (CORTÉS COPETE, 2005, p. 420).

A questão da integração imperial, além da ideia de identidade, traz também em seu bojo a noção de fronteira. Portanto, devemos destacar aqui os aspectos mais importantes desta noção no contexto do mundo romano, bem como no recorte de nossa pesquisa. Por estarmos tratando de uma província localizada no interior do Império, nosso conceito de fronteira não poderá ficar restrito ao tradicional sentido de divisão geográfica, devendo considerar características mais subjetivas do conceito. Sem afastar completamente o sentido de bloqueio e separação, devemos pensar a fronteira também como um espaço de contatos, acessos e consensos (GUARINELLO, 2010, p. 120). Assim, fronteiras devem ser entendidas como ambientes, tanto físicos quanto mentais, em que são forjadas estratégias de convívio, de identidades e alteridades. E, em função da diversidade do Império, das várias culturas de que era composto, esses processos devem ser compreendidos a partir das articulações das fronteiras internas (GUARINELLO, 2014, p. 54).

Na porção ocidental do Mediterrâneo havia uma concepção de fronteira mais clara no contexto da conquista devido às diferenças culturais entre os romanos e os povos submetidos, no Oriente, e principalmente no contato com os gregos, o quadro era mais complexo. Naquela região o choque não foi drástico, pois a cultura romana era

semelhante à grega, pela qual fora bastante influenciada. A urbanização e instituições cívicas municipais, que estavam entre as principais inovações romanas nas províncias ocidentais, eram elementos preexistentes no Oriente grego. Assim, apesar de os romanos terem também uma noção de fronteira baseada no discernimento entre concepções de civilização e barbárie, tal noção não fazia sentido para suas relações com os gregos. Dessa forma, a compreensão de fronteira entre essas duas culturas precisa ser entendida em níveis mais tênues e ambíguos, ou seja, pautado menos em termos de diferenciação e mais em trocas e negociações.

E essa complexidade na ideia de fronteiras era ainda maior na medida em que ela não estava circunscrita às relações entre romanos e gregos, mas também se apresentava no interior do helenismo, principalmente na rivalidade entre as cidades. Para Roma, tratava-se de uma situação que não deveria ser suprimida, mas cuidadosamente controlada. Conflitos entre cidades ocorriam, em geral, por conta da busca de posições elevadas dentro de uma província por meio de concessões de benefícios fiscais e de direitos por parte de Roma. Rivalidades demasiadamente radicais trariam, decerto, complicações para a arbitragem romana, mas se elas fossem mantidas em níveis aceitáveis tinham uma função preventiva importante ao dificultar que cidades se unissem contra o poder imperial. Assim, as ambições das cidades levavam à rivalidade intermunicipal que funcionava como lubrificante e combustível do Império (LEVICK, 1979, p. 122), pois a estrutura administrativa e fiscal do mundo romano era baseada nas instituições urbanas e a emulação entre as cidades seria uma espécie de aprimoramento das potencialidades da ordem romana.

Nesse contexto, a cidadania romana pode ser pensada como elemento constituinte de fronteiras internas no mundo romano, na medida em que estabelecia distinções jurídicas e sociais entre os súditos do Império. Isso fica bastante claro se levarmos em consideração que os imperadores concediam cidadania a indivíduos ou comunidades quando estavam convencidos de que atingiram um nível de romanização satisfatório. Isso significava que, embora todos fossem súditos do mesmo império, alguns eram mais romanos que os outros. As fronteiras internas criadas a partir das distinções de estatutos jurídicos diferenciavam, inclusive, cidadãos de uma mesma cidade, pois com o advento do Império não era mais o território que definia os estatutos jurídicos, mas apenas o direito romano (SESTON, 1980, p. 6). Assim, os que estavam além da fronteira interna da cidadania romana, fossem indivíduos ou comunidades eram compreendidos como estrangeiros mesmo dentro do Império (ANDO, 2008, p. 500).

A partir das informações aqui apresentadas podemos perceber que o conceito de identidade contemporâneo, construído para compreender aspectos do processo de

globalização, é também pertinente para pensarmos o Império Romano, já que envolve, igualmente, trocas culturais, relações de poder e negociações entre centro e periferia. Em virtude disso, as identidades imperiais que atuavam no mundo romano eram marcadas por mudanças constantes e adaptações, impossibilitando o estabelecimento de uma única definição. E, embora tolerante com as alteridades, havia em torno da construção da identidade imperial aspectos de controle e dominação, bem como diretrizes para a participação política na ordem romana.

Da mesma forma, a concepção de fronteiras internas como espaços de acessos, consenso e trocas mostra-se adequado para orientar nossa discussão sobre a integração provincial, pois, embora a Bitínia fizesse parte do mundo romano, sua relação com o poder imperial era marcada por aspectos de controle e negociações. As experiências vividas pelo poder romano durante as conquistas ajudaram a transformar, no decurso da expansão, as antigas fronteiras externas em fronteiras internas marcadas por relativa tolerância e aceitação. Em paralelo, Roma soube controlar e conduzir a seu favor antagonismos criados pela rivalidade entre as comunidades dentro do Império. Em relação às fronteiras entre romanos e gregos destacamos que eram locais de construção de identidades, onde eram atenuadas as alteridades, sendo marcados por ambiguidades e conciliações, logo se tratavam de espaços em constantes reestruturações.

O mundo provincial, a Bitínia e as cidades do Oriente grego

O vigor das cidades e a importância da cultura grega foram fatores que favoreceram a manutenção do Império em sua porção oriental. Marek (2009, p. 44) afirma que a helenização, nesse quesito, foi mais importante que a presença militar ou mesmo o culto imperial, na medida em que a adesão à cultura helênica tornou-se essencial para a ascensão política das classes dirigentes. Ou seja, a identidade cultural grega atuava como elemento de integração em prol do Império em sua porção oriental. Em contrapartida os gregos viam com bons olhos a proteção romana, sob a qual podiam seguir mantendo sua cultura dentro de um mundo civilizado estabelecido por Roma (ANDRADES RIVAS, 2008, p. 78), pois, segundo Woolf (1995, p. 15) os romanos preocupavam-se com a decadência dos costumes ancestrais helênicos e buscavam, segundo sua ótica, preservá-los.

No mundo greco-romano, as cidades eram consideradas os espaços onde a civilização distinguia-se da barbárie. Era o local onde o ser humano estaria melhor situado para desenvolver suas capacidades (CORTÉS COPETE, 2005, p. 424), trava-se de uma "entidade física, uma personificação metafísica, e a condição necessária para viver de forma correta" (REVELL, 2009, p. 76). Além disso, devemos levar em conta que as cidades

do mundo mediterrâneo, em sua ampla maioria situadas no litoral, dotadas de portos, templos e praças de comércio, eram grandes encruzilhadas. Nelas o fluxo de pessoas fazia com que o espaço urbano se tornasse o que Gonçalves (2010, p. 20) chamou de local de “formação de identidades e de expressão de alteridades”. Para um visitante da Antiguidade que, vindo de outra região, passasse uma temporada em uma cidade greco-romana decerto notaria nela alguns aspectos marcantes como a urbanização, o papel ativo da elite e presença peculiar do evergetismo. São elementos que caracterizavam a vida social das cidades antigas e que, portanto, devem ser destacados.

Estudos sobre a construção das identidades no mundo mediterrâneo durante o Império Romano colocam em destaque o papel do urbanismo. Para Revell (2009, p. 76), além das construções, que marcavam os espaços institucionais das relações de poder da população com a elite e de ambos com a vida religiosa, o urbanismo pressupunha também a adoção de hábitos próprios da forma correta de viver nas cidades. Eles eram expressos na participação e responsabilidade política e no convívio em eventos religiosos e espetáculos públicos. Em outras palavras,

Edifícios públicos, festivais ou jogos eram ingredientes essenciais da mistura de culturas daquilo que gregos e romanos compreendiam como civilização urbana. Civilização, na verdade, era virtualmente sinônimo de cidade. Sem urbanismo a civilização não poderia existir (ZUIRDEHOEK, 2009, p. 78).

O espaço urbano da cidade no mundo mediterrâneo, além de suas funções cotidianas de seus habitantes, também era palco para a manifestação do prestígio social da elite. Guarinello (2014, p. 36) explica que os grupos enriquecidos careciam de visão empresarial, algo compreensivo em sociedades pré-capitalistas, e por isso consumiam suas fortunas com ostentação para legitimar sua posição diferenciada dentro da comunidade. A afirmação dos ricos como os únicos com competência para governar as cidades com base em sua distinção não era suficiente para contornar tensões decorrentes da desigualdade social. Contudo, havia certa aceitação da desigualdade por parte da população em troca de que os notáveis garantissem “todas as amenidades necessárias para a vida apropriada a um cidadão grego” (ZUIRDEHOEK, 2009, p. 70).

Para cumprir a tarefa exigida pelos concidadãos menos afortunados, os membros das elites municipais adotavam uma prática característica das cidades do mundo greco-romano: o evergetismo. Para Zuiderhoek (2009, p. 2; 5), o evergetismo surgiu a partir de desdobramentos políticos e ideológicos decorrentes da concentração de renda e da hierarquização social com o objetivo de conservar a harmonia social e a estabilidade política. De maneira sintética, o evergetismo estava presente quando um notável local

pagava com sua fortuna pessoal jogos, espetáculos, banquetes ou construções em benefício da cidade e de sua população. Veyne (2015, p. 179) explica que o evergetismo diferencia-se de generosidade particulares direcionadas a indivíduos específicos ou a uma clientela porque era oferecido em homenagem à cidade. Na mesma passagem, o autor descreve o évérgeta como membro de uma ordem, magistrado ou um notável que usa seus recursos para demonstrar abnegação e obter honrarias a partir de sua posição de classe distinta que lhe confere o direito e o dever de governar a cidade. As doações desses notáveis, ou seja, as evergesias, eram compreendidas por seus concidadãos não como demonstração de poder de um membro da elite, mas como tributos cívicos altruísticos oferecidos à cidade (VEYNE, 2015, p. 180).

Paralelo a esses três elementos, no processo de integração operava também o que Cortés Copete (2005, p. 417) chamou de helenização de Roma e provincialização da romanidade. No período, os costumes políticos e culturais gregos conviviam com o esforço administrativo romano, mas nenhum dos dois modelos estava destinado a prevalecer. Mesmo assim, a balança não estava em equilíbrio total, pois “a história da cidade grega no período romano é muito mais um conto de como tornar-se romano” (ANDO, 2012, p. 110). Essa afirmação, bastante taxativa, deve ser considerada, mas em nosso ponto de vista talvez mereça algumas relativizações no sentido de que o engajamento na romanidade era muito mais um pré-requisito para os membros das elites municipais com ambições de galgar postos na administração imperial e não para toda a população de cultura grega. Ou seja, a integração grega no Império não implicou um abandono das tradições culturais helenísticas (CORTÉS COPETE, 2005, p. 422), nas quais o antigo ideal da cidade como comunidade de cidadãos permaneceu vivo na mentalidade cívica grega sob o governo romano (ZUIRDEHOEK, 2009, p. 71), mas sem criar uma contradição absoluta com o fato de que para os gregos em contato mais próximo com o poder romano as cidades fossem bastante valorizadas como lugar de expressão de poder e prestígio, pois serviam como degrau para suas ambições políticas (CORTÉS COPETE, 2005, p. 422). Portanto, devemos ter em mente que as intenções dos grupos de poder, a condição e trânsito social dos indivíduos, bem como o grau de associação com a comunidade grega e com as autoridades romanas eram fatores de ressignificação do papel da cidade em suas ações.

A correspondência entre Plínio e Trajano: periferia, subalternos e relações de poder

Uma das características da administração romana era a recusa de aplicar leis gerais sobre todo o território imperial. As decisões imperiais e dos governadores aconteciam de

acordo com os costumes e as questões locais visando, principalmente, à manutenção da estabilidade local. Sendo um império tributário, Roma necessitava que as relações sociais e políticas das cidades permanecessem estáveis, garantindo a constância do fluxo de impostos delas extraídos. Na Bitínia, uma das preocupações de Plínio e Trajano eram os *collegia*, espécie de associações de residentes, muitas vezes artesãos, urbanos, formadas para satisfazer as necessidades básicas de seus membros (GARNSEY; SALLER, 1991, p. 187). Como o Estado romano tinha um quadro administrativo reduzido e não assumia preocupações de cunho social em relação aos súditos do Império o surgimento deste tipo de instituições era, de certa forma, uma consequência daquela realidade social.

O período do Principado foi uma época de florescimento dessas associações muitas vezes constituídas por grupos de profissionais do mesmo ramo em um contexto de melhoria do padrão de vida entre os estratos médios da população urbana, o que favorecia também a tomada de consciência sociopolítica de indivíduos ativos nos *collegia* (ZUIDERHOEK, 2008, p. 436-438). Por isso, tais associações, paralelo às suas funções originais, podiam atuar politicamente junto às assembleias das cidades gregas (BAUDY, 2006, p. 440) ou até se tornar fontes de agitação. Isso era um problema em Roma, mas era um problema ainda maior nas províncias, nas quais havia certa carência de instrumentos para manter a ordem social (GARNSEY; SALLER, 1991, p. 188-189).

Diante dos riscos de agitação oriundos dessas associações o Estado romano, desde o período republicano, mantinha vigilância sobre elas. De acordo com Baudy (2006, p. 107-108), restrições contra cultos estranhos às tradições romanas foram utilizadas para regular a admissibilidade de novas comunidades mesmo quando não envolviam grupos religiosos. Todavia, é importante ressaltar que o quadro de proibição dessas atividades é complexo, conforme verifica-se na análise de Arnautoglou (2002, p. 28). De acordo com esse autor, banimentos dos *collegia* não eram medidas gerais, mas sim ações restritas no espaço e no tempo, e sua discussão focaliza justamente a questão dos *collegia* na Ásia Menor na época do Principado. Especificamente para o caso da Bitínia, Arnautoglou (2002, p. 35-36; 38) cita a proibição de Trajano em relação à proposta de criação de uma corporação de bombeiros na cidade de Nicomedia feita por Plínio (*Epistulae ad Traianum*, 10, 33; 34) como exemplo da preocupação imperial com distúrbios sociais causados por instituições semelhantes naquela região do Império: “não devemos esquecer que essa província e, mais concretamente, essa cidade foram vítimas de associações dessa natureza” (Plin., *Tra.*, 10, 34).

Esse tipo de temor aparece na proposta de criação de um corpo de bombeiros em Nicomedia, onde vemos a preocupação de Plínio em virtude da ocorrência de um incêndio que destruiu “muitas casas de particulares e edifícios públicos” (Plin., *Tra.*, 10,

33, 1) que, de acordo com o legado imperial, não foi combatido pela “indolência dos homens” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 2) e pela ausência de “instrumentos para combater o fogo” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 2). Diante dessa ocorrência Plínio propõe a Trajano a criação de “uma associação de bombeiros” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 3) garantindo a vigilância para que ela não servisse “para nenhum outro fim” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 3). Contudo, o imperador não acolhe a sugestão de Plínio e enfatiza que a região era “vítima de associações dessa natureza [que] se convertiam igualmente em *hetaeriae*” (Plin., *Tra.*, 10, 34, 1). Nessa situação, vemos Plínio preocupado com os riscos de novos incêndios e, consciente da proibição, propondo tomar precauções contra os eventuais desvios das associações de bombeiros. A consulta ao imperador, como explica Sherwin-White (1998, p. 608), decorre justamente do conflito da proposta com as instruções imperiais, que são prontamente reafirmadas por Trajano em sua resposta. A principal preocupação do César era o risco potencial da associação atuar politicamente, ou seja, como *hetaeriae*, clubes políticos de caráter secreto que conspiravam para fins subversivos (WILLIAMS, 2014, p. 98). Ao não concordar com Plínio e não confiar na eficácia das precauções oferecidas, Trajano, neste caso, contraria o entendimento de Millar (2004, p. 163), segundo o qual os imperadores eram bastante influenciados pelas informações enviadas das províncias pelos governadores. Trata-se, no conjunto do Livro 10, de uma exceção que confirma a regra, pois Trajano confiava nas avaliações de Plínio e deu-lhe autonomia em diversas situações.² Portanto, o tema da proibição das associações era bastante sensível ao ponto de estabelecer uma conduta diversa da verificada pela historiografia em um contexto geral.

Outro aspecto da relação entre centro e periferia presente nas cartas de Plínio e Trajano envolve as embaixadas, que levantam duas questões: a busca das cidades por boas relações com Roma e a preocupação do poder imperial com os gastos provinciais. Nesse sentido, as cartas 43 e 44 corroboram a ideia de que as autoridades imperiais se viam na posição de tutelar os gastos das comunidades provinciais diante do descontrole financeiro praticado pelas elites locais. As referidas cartas tratam das quantias despendidas pela cidade de Bizâncio anualmente com embaixadas ao imperador e ao governador da Mésia. Em virtude disso, Plínio sugere a extinção das custosas viagens de embaixadores, mantendo, porém, o envio dos decretos de homenagens às respectivas autoridades. Assim, o governador pensou “que no futuro convém suprimir estes gastos” (Plin., *Tra.*, 10, 43, 3). Trajano, em sua resposta, se mostrou de acordo com as medidas de contenção de gastos, aprovando as homenagens “menos custosas” (Plin., *Tra.*, 10, 44) propostas por Plínio.

² Principalmente nas várias cartas acerca de construções e questões financeiras, nesta, principalmente, Plínio era especialista, visto que fora responsável pelo Erário de Saturno, em Roma.

Em virtude das rivalidades municipais, essas embaixadas podiam estar associadas à busca da cidade por importância política aos olhos das autoridades imperiais, mas, sem prejuízo disso, os valores dedicados a elas podiam também estar beneficiando um indivíduo ou grupo político local. Considerando a preocupação romana com a estabilidade, era coerente interferir neste tipo de questão para prevenir eventuais conflitos entre facções. Ao lado da supressão das embaixadas, chama a atenção a permanência do envio dos decretos e homenagens. Embora não pareça um dado excepcional, a valorização das homenagens deve ser ressaltada porque ocorria em uma via de mão dupla: era uma valorização da elite provincial por parte do poder imperial ao mesmo tempo que representava a devoção dos notáveis locais para com as autoridades romanas.

Ainda sobre as embaixadas de Bizâncio, convém ressaltar que o governador não relatou problemas semelhantes em outras cidades. A respeito disso, Williams (2014, p. 104) informa que algumas cidades se relacionavam com Roma por meio de embaixadas em virtude de sua condição de soberania adquirida no período da conquista romana da região. Por outro lado, Sherwin-White (1998, p. 625) destaca que Bizâncio teve sua autonomia degradada ao longo do Principado, passando de cidade livre sob Nero para o estatuto provincial na época de Vespasiano. Nesse sentido, a insegurança da situação política da cidade em sua relação com o Império explicaria o empenho e os gastos com embaixadas ao imperador e a outras autoridades romanas, pois era por meio desse tipo de estratégia de estreitamento dos laços das elites locais com o poder imperial que as comunidades buscavam defender ou conquistar privilégios (WILLIAMS, 2014, p. 104).

Mesmo na correspondência entre Plínio e Trajano, representantes do vértice da sociedade imperial romana, é possível vislumbrar aspectos das camadas subalternas. Frequentemente os provinciais buscavam resolver questões locais a partir de deliberações do imperador ou do governador enviado por ele. Mas, além de buscar a autoridade das decisões do poder imperial, também estavam atentos às oportunidades que as decisões e leis romanas podiam proporcionar. Um exemplo dessa situação está presente nas cartas 65 e 66, que tratavam da situação dos chamados *threptoí*, indivíduos nascidos livres, porém abandonados e posteriormente adotados e criados como escravos.³ O caso, que, de acordo com Plínio, interessava “a toda província” (Plin., *Tra.*, 10, 65, 1), decorria de que esses indivíduos, ao descobrirem sua condição original, reivindicavam sua liberdade e, em resposta, os adotantes exigiam a restituição dos gastos com seu sustento. O problema foi apresentado a Plínio porque, segundo Sherwin-White (1998, p. 651), os adotantes queriam que o governador modificasse os costumes locais em favor da prática romana

³ Veyne (2015, p. 24) oferece maiores detalhes sobre a questão das crianças enjeitadas.

em casos semelhantes, o que lhes permitiria recuperar seus gastos. No entanto, Trajano preferiu orientar seu legado a seguir os costumes locais: “não penso que se deva negar a liberdade àqueles que a reclamem com argumentos dessa natureza e tampouco que devam recuperá-la em troca dos gastos com seu sustento” (Plin., *Tra.*, 10. 66. 2).

A questão da carta revela ainda outros aspectos dos problemas jurídicos enfrentados por Plínio na administração da província. Ele relata ao César que buscara se basear em decisões imperiais anteriores, porém elas não contemplavam o caso específico, situação também verificada por Trajano. A solução foi a tradicional recusa em apelar para leis aplicadas em outras regiões, privilegiando os costumes da província. Ademais, como Plínio havia advertido no início da carta 65, a decisão estabeleceria um precedente com amplos desdobramentos e, nesse sentido, caso o entendimento tradicional fosse modificado surgiam casos em toda a província. O poder imperial governava a Bitínia, mas por vezes preferia não impor suas leis, pois os costumes provinciais se mostravam mais eficientes para a manutenção da estabilidade. Ou seja, havia casos em que os ordenamentos locais garantiam a ordem romana.

Por vezes os interesses do poder imperial também esbarravam em garantias dos estatutos que algumas cidades haviam adquirido. Isto significa que, embora Roma visse riscos de instabilidade em algumas instituições locais, eventualmente se via obrigada a não atuar como agente desestabilizador quebrando acordos previamente estabelecidos. Assim parece ser o caso envolvendo a questão da associação de socorros mútuos em Amiso (Plin., *Tra.*, 10, 92; 93). A situação envolvia uma cidade com certa autonomia em relação ao poder de Roma, pois, segundo Plínio, Amiso era governada “por suas próprias leis” (Plin., *Tra.*, 10, 92, 1). Em seu relato, o legado informa ter recebido um “memorial” (Plin., *Tra.*, 10, 92, 1) sobre a dita associação. Tal ato sugere características de denúncia no âmbito de rivalidades de facções locais se aproveitando do edito de Plínio, que envolvia a proibição imperial de doação de bens públicos que, conforme discutimos no primeiro tópico, sugeria a presença de rivalidades políticas locais. Entretanto, não pode ser descartada a possibilidade de os próprios membros da associação terem procurado o governador para esclarecer, ou mesmo dissimular, os objetivos da instituição. De qualquer forma, ao lado dessas possibilidades que levantamos, Plínio se viu diante de um impasse que se impunha em virtudes de suas instruções, que proibiam as associações na província, e do estatuto de Amiso, que dava autonomia à cidade. Por isso ele se viu obrigado a consultar Trajano para que ele decidisse se o funcionamento da associação era “permitido ou proibido” (Plin., *Tra.*, 10, 92, 1). A resposta de Trajano demonstra que o imperador enfatizava o controle das associações, pois expressou certo lamento: “não podemos impedir” (Plin., *Tra.*, 10, 93, 1), e reforçou a interdição em cidades que não

gozassem do mesmo estatuto de Amiso, nas quais “uma atividade dessa natureza deve ser proibida” (Plin., *Tra.*, 10, 93, 1).

Enquanto os subalternos aparecem na correspondência entre Plínio e Trajano como elementos que podiam trazer instabilidade na base da sociedade, fazendo com que o poder imperial utilizasse os costumes locais de forma preventiva, as relações de poder destacam outros aspectos do processo de integração. Elas buscavam, principalmente, estabelecer condições que fossem adequadas tanto para o centro do Império quanto para as cidades provinciais e suas elites.

Uma das importantes tarefas de Plínio enquanto governador da Bitínia era a fiscalização das finanças das cidades. Mas essas intervenções nem sempre eram bem recebidas pelas elites municipais e o poder imperial encontrava certa resistência. Ao examinar as finanças da cidade de Apameia, Plínio relata que os responsáveis locais alegaram seus privilégios, os quais mantinham suas contas fora da autoridade dos procônsules que haviam governado a província até então, pois “tiveram antiquíssimo privilégio e costume de administrar os bens públicos segundo seus próprios critérios” (Plin., *Tra.*, 10, 47, 1).

Nesse ponto, a natureza do cargo de Plínio, legado imperial,⁴ e o estatuto diferenciado da cidade podem ter ocasionado dúvidas, que foram sanadas pela resposta de Trajano: “Assim, pois, deve ser recompensada sua honradez, de modo que saibam desde já que a investigação que realizarás a fazes conforme minha vontade, deixando a salvo seus privilégios” (Plin., *Tra.*, 10, 48, 2). Mais do que reforçar o aspecto de controle financeiro da missão de Plínio, devemos ver nessas cartas a natureza do desejo do poder imperial de fiscalizar os súditos da Bitínia. Era uma tarefa urgente e devia sobrepujar a normalidade com a qual a província vinha sendo administrada, pois Plínio reporta a questão desde sua chegada e o imperador incentiva seu legado a adotar uma postura diferente daquelas dos governadores que o antecederam. Isso reforça a ideia de uma provável desordem na província, mas é possível ver mais do que isso.

No caso de Apameia, a alegação de que as contas não eram examinadas pelos proconsules revela um momento de tensão e resistência dos provinciais em relação ao poder imperial. Isso se mostra ainda mais pelo fato sugestivo de Plínio explicar para Trajano que o relatório providenciado não abordava as questões visadas por Plínio: “a maior parte dele não tem relação com o assunto que se busca esclarecer” (Plin., *Tra.*, 10, 47, 2). O mesmo sentido tem a suspeita do imperador de que o conselho da cidade quis fazer Plínio crer que os procônsules não inspecionavam as contas de Apameia.

⁴ Anteriormente a Bitínia, província senatorial, havia sido governada por procônsules indicados pelo Senado de Roma, Trajano mudou seu estatuto para província imperial e deu maiores prerrogativas para Plínio governá-la.

O relatório dos habitantes de Apameia, que anexou a tua carta, dispensou-me da necessidade de avaliar quais eram as razões pelas quais eles querem que pareça que os procônsules que governaram esta província se abstiveram de inspecionar suas contas, embora não tenham impedido que tu mesmo as examinasse [...] (Plin., *Tra.*, 10, 48, 1).

Estivesse a comunidade pleiteando prerrogativas ou defendendo as que já possuía, estas inclusive garantidas por Trajano (Plin., *Tra.*, 10, 48, 2), podemos ver na atitude uma busca de negociação de vantagens e direitos em um momento em que, em virtude da mudança de estatuto da província, eventualmente vislumbrava-se a possibilidade de deslocamento da fronteira que assinalava a atuação de Roma no âmbito financeiro da comunidade. Por outro lado, o episódio apresenta o poder imperial atuando como força contrária, como elemento de controle e dominação, apesar da atitude concessiva do imperador.

As relações de poder na província não se estabeleciam apenas entre o poder imperial e as instituições municipais, mas também com indivíduos da elite local. Nesse sentido, as cartas 110 e 111 abordam uma situação envolvendo dinheiro público a partir do caso de um indivíduo específico, Julio Pisão, em Amiso. As epístolas trazem, como de costume, respectivamente, as indagações de Plínio e as orientações de Trajano.

Senhor, o procurador da cidade dos amisenos reclamava diante de meu tribunal a Julio Pisão a quantidade de cerca de quarenta mil sestércios, que lhe havia sido doada oficialmente a uns vinte anos com o consentimento do conselho e da assembleia do povo, e se apoiava em tuas instruções, que proibem este tipo de doações. 2 Pisão, ao contrário, dizia que havia feito numerosos presentes a comunidade e que havia doado quase todos seus bens. Alegava também o tempo transcorrido e pedia que não fosse obrigado a devolver, o que arruinaria com o escasso patrimônio que lhe restava, o qual havia recebido em compensação pelos muitos presentes já há muito tempo. Por estes motivos julguei que devia adiar a decisão para poder consultar, senhor, o caminho que acreditas que devo seguir (Plin., *Tra.*, 10, 110).

Embora minhas instruções proibam fazer doações dos bens públicos, é pouco oportuno que as doações feitas já a algum tempo sejam revisadas e sejam reclamadas sua anulação para que não se destrua a segurança de muitos. Assim, portanto, não levaremos em conta qualquer ato que tenha se realizado há vinte anos. Pois desejo velar pelos homens de qualquer cidade não menos que pelo dinheiro público (Plin., *Tra.*, 10, 111).

Nessas cartas, como ponto de partida, temos as autoridades locais levando um problema da comunidade para a arbitragem do poder imperial embasando-se nas instruções de Trajano contra abusos financeiros. Aparentemente, a questão envolvia rivalidades locais, com o procurador de Amiso utilizando as regras estabelecidas pelo César contra um possível inimigo político. Estavam presentes também o evergetismo de Julio

Pisão, bem como a manutenção de seu provável estatuto decurional.⁵ Em sua resposta, Trajano recomenda não aplicar suas instruções com efeitos retroativos, demonstrando uma preocupação preponderante para com a estabilidade social em detrimento das finanças públicas.

O controle das finanças públicas das cidades e as ações do poder imperial nesse sentido são temas bastante discutidos pela historiografia (MILLAR, 1984, p. 61; GARNSEY; SALLER, 1991 p. 51; 230), e são apontados por Serwin-White (1998, p. 527) como uma das razões para o envio de Plínio à Bitínia. Levick (2008, p. 614) explica que, na Ásia Menor, as cidades praticavam uma série de despesas que correspondiam a tradições que remontavam ao período helenístico. O fato de o poder imperial intervir nesse campo independe do estatuto das cidades (CAMPEAU, 2010, p. 28) e mesmo diante de costumes estabelecidos aponta para a ambiguidade entre o respeito às práticas locais e a necessidade de controlar abusos. De qualquer forma, a maneira como as ações do procurador de Amiso são descritas por Plínio indicam que os súditos da Bitínia estavam prontos a se valer das determinações de Roma para tratar de suas questões.

Se de um lado podemos imaginar um desejo do procurador de manipular as instruções de Roma no âmbito de circunstâncias locais, de outro temos uma atitude de reconhecimento em relação às autoridades romanas. De acordo com Ando (2000, p. 362-363), que destaca a possibilidade dentro da cadeia de autoridades romanas de apelação para níveis superiores até o imperador, os súditos recorreriam às leis romanas em virtude de dois motivos: por derrotas em instâncias locais ou porque entendiam que as regras romanas estivessem em melhores condições para resolver questões dentro do mundo imperial. Em qualquer um dos casos o prestígio das leis romanas sobrepunha o das leis locais (ANDO, 2000, p. 74). De qualquer forma, a ação do procurador inseria-se no âmbito de uma tendência maior, pois, a partir da época de Trajano, segundo Eck (2008, p. 271), aumentou o número de petições dos súditos ao imperador. Ou seja, cada vez mais as populações do Império passavam a ver o César como seu governante, inclusive com cidades livres buscando a opinião de Roma para evitar complicações (CAMPEAU, 2010, p. 29).⁶ Todavia, é importante não subestimar o papel romano nesse quadro, já que essa postura fora também adotada sob a dominação dos monarcas helenísticos.

Quanto ao evergetismo, as epístolas trazem uma situação característica do período. Ao mencionar a *dignitas* de Julio Pisão (Plin., *Tra.*, 10, 110, 2), o governador demonstra que ele fazia parte, provavelmente, da ordem decurional. A referida carta relata o reclamado

⁵ Nas cidades do império, a ordem dos decuriões correspondia, guardadas as diversidades, à ordem senatorial de Roma.

⁶ As cidades livres eram aquelas que fizeram acordos com Roma antes da conquista, e estavam fora da jurisdição provincial dos governadores (CAMPEAU, 2010, p. 105).

alegando ter feito ações que eram próprias das elites urbanas do mundo greco-romano: oferecimento de presentes aos concidadãos e a eventual ruína financeira oriunda dessa prática (VEYNE, 2015, p. 10; 25). Por isso, a situação colocava em pauta uma questão de maior alcance. Nesse sentido, a dúvida de Plínio, bem como o teor da resposta de Trajano, demonstra que as declarações de Julio Pisão não eram mera estratégia de defesa. Elas faziam parte da necessidade da manutenção da estratificação social no mundo romano, preocupação compartilhada tanto pelas elites locais quanto pelo próprio poder imperial.

Para isso, buscava-se que os importantes cargos locais fossem ocupados por indivíduos de elevada posição. Conservar esse ordenamento era uma responsabilidade assumida pelas autoridades romanas, como atestam as recomendações do próprio Plínio a Calestrio Tirão, procônsul da Bética, para que ele preservasse a distinção social na província, pois, na concepção do poder imperial, “não há nada mais desigual que a própria igualdade” (Plin., *Tra.*, 9, 5, 3). Nesse sentido, aplicar as instruções acerca das doações de recursos públicos com efeitos retroativos certamente causaria instabilidade na província, dificultando as ações das autoridades romanas, que queriam tratar com os poderes locais a partir de bases estáveis e familiares (LEVICK, 2008, p. 615). No Oriente greco-romano, essa forma de mediação entre os poderes locais e a dominação imperial resultou em um processo de oligarquização das instituições outrora mais democráticas das cidades gregas.

A partir da análise de ambas as cartas (Plin., *Tra.*, 10, 110; 111), percebemos elementos do pacto conservador de Roma com as elites locais, mas não sem a tentativa dos envolvidos de manipular as diretrizes impostas, o que pode ser interpretado como uma forma de resistência velada frente ao poder imperial. De um lado, o procurador de Amiso buscou utilizar as instruções de Trajano contra um eventual inimigo político, de outro, Julio Pisão apelou para a necessidade de manutenção da ordem social valorizada por Roma. De certa forma, a situação colocou Plínio em uma situação de impasse, o que levou à necessidade de consulta ao César. Este, por sua vez teve que adotar uma postura conservadora e conceder uma espécie de anistia a Julio Pisão e a outros indivíduos que eventualmente se encontrassem em condições semelhantes. Ao comportar-se dessa maneira, o imperador garantia que suas decisões eram fontes de segurança jurídica e que Roma era a fiadora da estabilidade social na província. Nesse caso, a questão financeira ficou em segundo plano.

Considerações finais

A construção e manutenção do Império ocorreu a partir de processos de integração marcados por relações de poder, negociações e resistências entre o centro e as

periferias. Semelhante a um aqueduto, cuja estrutura gigantesca equilibra-se sobre arcos cuidadosamente construídos, o mundo romano tinha, na integração, as pedras angulares que sustentavam e faziam convergir as tensões, criando a estabilidade necessária para a manutenção segura do fluxo de recursos das províncias para Roma. Assim como os aquedutos, que precisam se adaptar à topografia dos terrenos onde são construídos, as estratégias de integração do Império também tinham suas peculiaridades, que marcaram as relações de poder entre centro e periferia e os grupos subalternos

Um dos aspectos marcantes que a análise verificou foi que o poder imperial não estabelecia uma postura unilateral de intervenção, pois, além de se tratar de uma atitude causadora de instabilidade interna na província, ele não estava em condições de impor suas diretrizes sem negociação, já que as boas relações entre os interesses da Bitínia e de Roma dependiam mais de acordos e menos de coerções. Cientes disso, as elites provinciais recorriam a ações de resistência em relação às decisões romanas. Faziam isso, muitas vezes, instrumentalizando as leis imperiais ora contra as autoridades de Roma, ora no âmbito das disputas entre as facções políticas locais.

Os provinciais, por sua vez, ao recorrerem às leis do Império, davam mostras de sua adesão à ordem romana, vendo-as como uma fonte de segurança jurídica que sobrepujava as instâncias locais e suas rivalidades. Todavia, não se tratava do reconhecimento de uma pretensa superioridade das regras dos conquistadores, mas de uma busca de legitimação junto ao poder que elas representavam. Nesse sentido, é importante frisar que se tratava de um costume que precedia a dominação romana, pois as comunidades da Bitínia já adotavam a mesma postura em relação às monarquias helenísticas. Isso demonstra um aspecto interessante da integração, que é a acomodação do poder central aos costumes e modelos locais, inclusive naqueles que eram próprios das relações com as potências derrotadas no processo de conquista.

Exemplo importante da manutenção da estabilidade era o zelo imperial e provincial pela preservação do estatuto social do decurionato. Priorizava-se sua composição a partir da entrada de membros das elites locais em detrimento de outros estratos, cuja busca dessa via privilegiada de ascensão social revela, por outro lado, o desejo de adesão à ordem romana. Esse processo, entendido como uma oligarquização das estruturas sociais locais, buscava dar feições romanas às instituições provinciais para que as relações políticas ocorressem em bases familiares para as autoridades imperiais. Ao mesmo tempo, tanto as organizações da base da sociedade quanto as ações que pudessem alterá-la eram desestimuladas em nome da manutenção da estabilidade provincial.

Referências

Documentação textual

- PLINE LE JEUNE. *Lettres*: Livre X. Panégyrique de Trajan. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- PLINIO EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

Obras de apoio

- ANDO, C. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- ANDO, C. Aliens, ambassadors, and the integrity of the empire. *Law and history review fall*, v. 26, n. 3, p. 491-519, 2008.
- ANDO, C. The Roman city in the Roman period. In BENOIST, S. (ed.). *Rome, a city and its empire in perspective: the impact of Roman World through Fergus Millar's research*. Leiden: Brill, 2012.
- ANDRADES RIVAS, E. La ciudadanía romana bajo los Flavio y Antoninos. *Revista de Estudios Históricos-Jurídicos*, v. XXX, p. 47-80, 2008.
- ARNOU TOGLOU, I. N. Roman Law and *collegia* in Asia Minor. *Revue internationale des droits de l'Antiquité*, v. 49, p. 27-44, 2002.
- BAUDY, D. Prohibitions of religions of Antiquity: setting the course of Europe's religious history. In: ANDO, C.; RÜPKE, J. (ed.). *Religion and Law in Classical and Christian Rome*. München: Franz Steiner Verlag, 2006, p. 100-114.
- CAMPEAU, P. *L'autonomie politique et juridique dès cites grecques sous la domination romaine*. 2010. 127 f. Mémoire présenté comme exigence partielle de la Maîtrise en Histoire. Université du Québec à Montréal. Montréal, 2010.
- CLAVEL-LÉVÊQUE, M. Imperialisme, développement et transition: pluralité des voies et universalisme dans le modele imperial romain. *La Pensée*, v. 196, p. 10-27, 1977.
- CORTÉS COPETE, J. M. *Polis romana*. Hacia un nuevo modelo para los griegos del Imperio. *Studia Historica*, v. 23, p. 413-437, 2005.
- ECK, W. The emperor and his advisers. In: BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 266-292.

- FRIGHETO, R.; LEME, A. L. Introdução ao dossiê "Identities and frontiers in the Mediterranean Antiquity and Medieval". *Tempos Históricos*, v. 20, n. 2, p. 50-52, 2016.
- GARNSEY, P.; SALLER, R. P. *El Império Romano: economía, sociedad y cultura*. Barcelona: Crítica, 1991.
- GONÇALVES, A. T. M. Cidade, cidadania e identidade no mundo romano: uma proposta de análise. In: CAMPOS, A. P. *et al.* (org.). *A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos*. Vitória: GM Editora, 2010, p. 17-27.
- GUARINELLO, N. L. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. de O. (org.). *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 147-161.
- GUARINELLO, N. L. Ordem integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare nostrum*, n. 1, p. 113-127, 2010.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2014.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. Abington: Routledge, 2005.
- HINGLEY, R. Globalization and Roman Empire: the genealogy of "Empire". *Semata*, v. 23, p. 99-113, 2011.
- LEVICK, B. Pliny in Bithynia – and what followed. *Greece & Rome*, v. XXVI, n. 2, p. 119-131, 1979.
- LEVICK, B. Greece and Asia Minor. In: BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 604-634.
- MAREK, C. Hellenisation and Romanization in Pontos-Bithynia – an overview. In: HOJTE, J. M. (ed.). *Mithridates VI and The Pontic Kingdom*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, p. 35-46.
- MENDES, N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, n. 18, p. 17-41, 2005.
- MENDES, N. M. Centralização e integração na experiência imperialista romana: uma reflexão. *Phoinix*, n. 10, p. 257-274, 2004.
- MENDES, N. M. Império e romanização: "estratégias", dominação e colapso. *Brathair*, v. 1, p. 25-48, 2007.
- MILLAR, F. *El Imperio Romano y sus pueblos limítrofes*. Madrid: Siglo XXI, 1984.
- MILLAR, F. *Government, society, and culture in the Roman Empire: Rome, the Greek world, and the East*. London: Hannah M. Cotton & Guy M. Rogers, 2004. v. 2.

- NOREÑA, C. F. (ed.). The early imperial monarchy. In: BARCHIESI, A.; SCHEIDEL, W. (ed.). *The Oxford handbook of Roman studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 533-546.
- PEREIRA, M. H. R. Unité et pluralité culturelle: le paradigme de l'Empire Romain face aux défis de l'Union Européenne. *Máthesis*, n. 13, p. 265-275, 2004.
- REVELL, L. *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SESTON, W. La citoyenneté romaine. *Scripta Varia*, v. 43, p. 3-18, 1980.
- SHERWIN-WHITE, A. N. *The Letters of Pliny: a historical and social commentary*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- VEYNE, P. *Pão e circo*. São Paulo: Unesp, 2015.
- WILLIAMS, W. *Pliny, correspondence with Trajan: epistle X*, 15-121. Oxford: Aris & Phillips Classical Texts, 2014.
- WOOLF, G. Imperialism, Empire and the integration of the Roman Economy. *World Archaeology*, v. 23, n. 3, 1992, p. 283-293.
- WOOLF, G. Becoming Roman, staying Greek: culture, identity and the civilizing process in the Roman East. *Proceedings of the Cambridge Philologica Society*, n. 40, v. 123, p. 116-143, 1994.
- WOOLF, G. The formation of Roman provincial cultures. In: METZLER, J.; MILLETT, M.; ROYMANS, N.; SLOFSTRAT, J. (ed.). *Integration in the Early Roman West*. Luxembourg : Musée National d'Histoire et d'Art, 1995. p. 9-18, 1995.
- ZUIDERHOEK, A. On the political sociology of the Imperial Greek city. *Greek, Rome, and Byzantine Studies*, v. 48, p. 417-445, 2008.
- ZUIDERHOEK, A. *The politics of munificence in the Roman Empire: citizens, elites and benefactors in Asia Minor*. New York, Cambridge University Press, 2009.